



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 295, DE 2007

Dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam dispensados de pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos os postulantes a cargo ou emprego públicos federais que tenham renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo.

§1º A renda familiar total será comprovada mediante apresentação da renda bruta de todos os componentes do grupo familiar.

§ 2º A renda familiar per capita será obtida através da divisão da renda familiar total pelo número de componentes do grupo familiar.

Art. 2º Para efeitos desta lei entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia, que usufruam da renda bruta mensal familiar e que sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco:

- | | |
|----------------|---------------------|
| I- Mãe; | VI- Companheiro(a); |
| II- Pai; | VII- Filho(a); |
| III- Madrasta; | VIII- Enteadado(a); |
| IV- Padrasto; | IX- Irmão(ã); |
| V- Cônjuge; | X- Avô(ó). |

Parágrafo único. O grau de parentesco a que se refere o inciso VI do *caput* inclui casais do mesmo sexo que comprovarem união estável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil é reconhecido como um dos países com a pior distribuição de renda do mundo, provocando grandes desigualdades sociais. Somado a este fato encontra-se a alta taxa de desemprego, mesmo que nos últimos anos tem apresentado tendência de queda.

O emprego público é o objetivo de inúmeros brasileiros, que buscam a estabilidade proporcionada pelo setor público, visto que o fantasma do desemprego assombra grande parcela dos trabalhadores brasileiros, visto que a recolocação profissional pode ser dificultada por fatores outros como idade e experiência, que não estão relacionadas diretamente com a capacidade de trabalho dos indivíduos.

Os concursos públicos deveriam ser acessíveis a todos, entretanto atualmente privilegia as camadas mais abastadas da sociedade, uma vez que os custos das taxas de inscrição tornam impraticáveis para os mais pobres. A isenção daqueles que não têm condição de pagar, facilitará o acesso a todos, tornando um pouco mais justo todo o processo seletivo.

A busca por uma sociedade justa e igualitária também perpassa pelo acesso irrestrito a tudo, inclusive concursos públicos. Não podemos continuar permitindo que os indivíduos mais pobres sejam impedidos de ter a possibilidade de concorrerem a um cargo público, por isso peço o apoio dos nobres pares à proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2007



Senadora SERYS SLHESSARENKO

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 31/05/2007

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:12863/2007)